

Termo de Referência 2/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2025	773202-PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA - COM MARINHA	LEANDRO DOS SANTOS SALES	20/03/2025 15:31 (v 9.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		63438.001665/2025-87

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação não onerosa para propiciar o processamento, por intermédio do Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG), da Pagadoria de Pessoal da Marinha (CONSIGNANTE), os descontos autorizados pelos militares ativos e veteranos e pensionistas, relativos a empréstimos consignados, planos de previdência, mensalidade social, planos de seguros da CREDENCIADA, esta, na qualidade de CONSIGNATÁRIA.
- 1.2 O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

3. Descrição da solução

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade no presente Credenciamento, uma vez que não há produção de resíduos ambientais. Quanto ao consumo de água e energia, deve-se considerar que os serviços serão executados nas instalações da CONTRATADA e que somente as reuniões de esclarecimentos sobre o credenciamento e seus acordos ocorrerão nas dependências da Pagadoria de Pessoal da Marinha.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração. Dessa forma a garantia de execução não poderá ser exigida.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.5.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.6. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.6.1. O Sistema de Consignações intermedeia o lançamento dos descontos referentes aos pagamentos por serviços e produtos oferecidos pelas CONSIGNATÁRIA aos militares e pensionistas em razão de contrato de natureza privada firmado entre ambos. Os descontos serão deduzidos no Bilhete de Pagamento (BP) mensal, respeitada a margem consignável.

4.6.2. O processamento dos descontos nos BP permanecerá sob a responsabilidade da CONSIGNANTE, bem como a fiscalização, o planejamento e a gestão das atividades das consignações.

4.6.3. As consignações em Folha de Pagamento não implicam corresponsabilidade da MB por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelo Consignado junto às EC ou por litígios na relação jurídica firmada entre os mesmos.

4.6.4. O Contrato não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre a CONSIGNANTE e a CONSIGNATÁRIA contratada.

4.6.5. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá se adequar às políticas de segurança e às necessidades operacionais da MB, sempre que demandado pela CONSIGNANTE.

4.6.6. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá observar as normas de segurança em vigor na MB, tais como as de Segurança das Informações Digitais (SID), Segurança da Organização (Segurança Orgânica) e Normas de Segurança do SISPA.

4.6.7. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações que tenha acesso, cumprindo integralmente o estabelecido na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.6.8. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá informar à CONSIGNANTE, tempestivamente, em um prazo de 24 horas, sobre a ocorrência de eventos relacionados à segurança das informações digitais que possam comprometer ou colocar em risco as informações armazenadas ou processadas pelo E-CONSIG.

4.6.9. A CONSIGNATÁRIA contratada Indicará formalmente o Preposto, apto a responder pela fiel execução do contrato e representá-la junto à CONSIGNANTE.

4.6.10. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá atender às orientações e às exigências sob a fiscalização da CONSIGNANTE, inerentes à execução do objeto contratual.

4.6.11. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONSIGNANTE, cujo representante terá poderes para suspendê-lo, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

4.6.12. A CONSIGNATÁRIA contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

4.6.13. É admissível a fusão, a cisão ou a incorporação da Contratada por outra pessoa jurídica, desde que sejam observadas pela mesma e pela nova pessoa jurídica as condições estabelecidas no contrato a ser celebrado com a CONSIGNANTE.

4.6.14. O acompanhamento e a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços com este TR, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato. A fiscalização será exercida pelo Departamento de Consignações da CONSIGNANTE.

4.6.15. O Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos termos do mesmo.

4.6.16. Fica facultada à CONSIGNATÁRIA o registro do contrato de Desconto consignado no Portal de Consignações, por intermédio de interação entre sistema (automação), desde que atendidas as especificações técnicas e de segurança estabelecidas pela CONSIGNANTE e pela empresa que presta manutenção nesse Sistema;

4.6.17. A CONSIGNATÁRIA poderá, a seu critério e responsabilidade, realizar desconto parcial da parcela que se encontra inadimplente, desde que obedeça a margem consignável disponível, o CET lançado no Sistema, o número de parcelas inicialmente contratadas e possua prévia autorização do CONSIGNADO no contrato de empréstimo. As regras operacionais para o desconto parcial estão contidas nas Regras de Funcionamento e Operacionalização do Desconto Consignado em Folha de Pagamento e Diretrizes de Conduta para as Entidades Consignatárias, anexas ao contrato.

4.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O Sistema Digital de Consignações fará a intermediação entre as Entidades Consignatárias, os Consignados e o SISPAAG para a realização de implantação, alteração e exclusão dos descontos consignados autorizados, de acordo com a MC disponível.

5.1.2. Após a assinatura do contrato será criado um código de rubrica para o desconto que será realizado em favor da CONSIGNATÁRIA;

5.1.3. A CONSIGNATÁRIA se obriga a nomear um setor de sua estrutura orgânica, na cidade do Rio de Janeiro, para 6.3. funcionar como contato com a CONSIGNANTE e como coletor das informações que esta tenha que transmitir à CONSIGNATÁRIA;

5.1.4. A CONSIGNANTE se obriga a repassar para a CONSIGNATÁRIA, conforme dados bancários fornecidos por esta última, até o terceiro dia útil após a data do pagamento de pessoal da Marinha (excluindo feriados bancários), o valor total descontado dos militares e pensionistas;

5.1.5. Após a assinatura do contrato a CONSIGNATÁRIA deverá apresentar formalmente um elemento que servirá como contato com a CONSIGNANTE, para tratar dos assuntos gerais advindos do objeto do contrato, bem como informar o seu nome completo, telefone, CPF, identidade, e-mail funcional para contato;

5.1.6. A CONSIGNATÁRIA deverá Indicar formalmente um representante que será o senha MASTER, com nome completo, telefone, CPF, identidade, e-mail funcional para contato, responsável pela distribuição dos usuários e seus respectivos perfis;

5.1.7. A CONSIGNATÁRIA deverá providenciar junto a empresa que presta manutenção no E-CONSIG o treinamento dos usuários que utilizarão o E-CONSIG e o cadastramento dos "IP" que poderão acessar o referido sistema;

5.1.8. Os comandos lançados no E-CONSIG realizados até o dia 1º (primeiro) de cada mês serão acatados no processo de pagamento daquele mês. Os que forem lançados a partir do dia 2 (dois) serão acatados no processo de pagamento seguinte, de acordo com a disponibilidade de margem consignável;

5.1.9. A CONSIGNATÁRIA deverá apresentar os dados bancários para repasse das suas consignações;

5.2. A execução dos serviços será iniciada após a publicação do contrato no Diário Oficial da União, na forma estipulada nos termos deste TR e no Contrato assinado com a CONSIGNANTE.

Alteração Subjetiva

5.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Credenciamento original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

5.4. Caso uma CONSIGNATÁRIA seja incorporada, vendida ou tenha a sua carteira de empréstimo transferida para outra Instituição Financeira, com ou sem vínculo contratual com a CONSIGNANTE, os contratos de empréstimo de titularidade da mesma permanecerão no mesmo código de rubrica, CNPJ e com a mesma nomenclatura, a fim de evitar questionamentos administrativos e jurídicos por parte do CONSIGNADO, até a extinção de todos os descontos na Folha de Pagamento. No entanto, depois de tal transferência ser comprovada juridicamente junto a CONSIGNANTE, a nova detentora da Carteira poderá indicar um novo domicílio bancário para os repasses dos descontos consignados dessa rubrica. A gestão e o controle da rubrica no Sistema Digital de Consignações permanecerão com o mesmo login;

5.4.1. No caso do item anterior, sendo o comprador, incorporador ou cessionário uma Instituição Financeira sem vínculo com a CONSIGNANTE, a mesma somente poderá realizar novos empréstimos consignados utilizando a razão social e o CNPJ da CONSIGNATÁRIA comprada, incorporada ou cedida.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.26. O representante da CONSIGNANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.27. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

6.28. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.29. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

6.30. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.31. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.32. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.33. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.34. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

6.35. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.36. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.37. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços com este TR, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato. A fiscalização será exercida pelo Departamento de Consignações da CONSIGNANTE.

6.38. A fiscalização da execução do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONSIGNATÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios na execução do objeto contratual e não implica co-responsabilidade da CONSIGNANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.39. A fiscalização da execução do Contrato será realizada de acordo com este Termo de Referência do Contrato assinado com a CONSIGNATÁRIA;

6.40. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Exigências de habilitação

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sendo vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios, comprovando:

8.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.24. Demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo III, do Edital);

8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.27.8. Constituem, também, exigências para o credenciamento de pessoas jurídicas, os documentos abaixo relacionados, digitalmente autenticados.

8.27.9. Bancos e Instituições Financeiras, de acordo com o disposto nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.27.9.1. Prova de sua constituição, bem como de que são inscritos e fiscalizados pelo órgão governamental competente (CNPJ e DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO/ Registro no Banco Central);

8.27.9.2. Estatuto Social, devidamente registrado e aprovado pelo órgão ao qual caiba a fiscalização (BANCO CENTRAL, JUNTA COMERCIAL COMPETENTE, etc.);

8.27.9.3. Cópia do Diário Oficial da União - DOU que publicou a autorização concedida pelo BANCO CENTRAL para operar no mercado ou cópia da própria autorização do Banco Central;

8.27.9.4. Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria da Receita Federal, devendo ser apresentada também a cada período de doze meses;

8.27.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.27.9.6. Consulta ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON - por meio do site da internet: www.tcu.gov.br;

8.27.9.7. Cópia autenticada da Ata da última eleição e da posse da Diretoria;

8.27.9.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021, relativo ao fato de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

8.27.10. Entidades de Previdência Privada e Seguro, de acordo com o disposto nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133 /2021:

8.27.10.1. Prova de sua constituição, bem como de que são inscritos e fiscalizados pelo órgão governamental competente (CNPJ / Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP);

8.27.10.2. Estatuto Social, devidamente registrado e aprovado pelo órgão ao qual caiba a fiscalização (Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP)

8.27.10.3. Carta Patente expedida pelo órgão executor do Sistema Nacional de Seguros e Certidão de Regularidade da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

8.27.10.4. Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Receita Federal, devendo ser apresentada também a cada período de doze meses;

8.27.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.27.10.6. Consulta ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON - por meio do sítio da internet: www.tcu.gov.br;

8.27.10.7. Cópia autenticada da Ata da última eleição e da posse da Diretoria;

8.27.10.8. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.27.10.9. Cópia autenticada da carteira de identidade e do CPF dos dois representantes legais autorizados para assinatura do contrato; e

8.27.10.10. Declaração de cumprimento do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021, relativo ao fato de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

8.28. As cópias reprográficas dos comprovantes supracitados, que estiverem autenticadas digitalmente e sem rasuras, comporão os autos do processo de credenciamento, sendo acostada à via do futuro Termo da Minuta do Contrato de Credenciamento, constante do Anexo VII do Edital de Credenciamento, de cada instituição, mantidos em arquivo na CONSIGNANTE.

8.29. O julgamento das solicitações de credenciamento das instituições candidatas far-se-á pelo Departamento de Intendência da Pagadoria de Pessoal da Marinha.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9.1. A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

10. Adequação orçamentária

10.1. A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

11. Obrigações da Consignante

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. A CONSIGNANTE se obriga a repassar para a CONSIGNATÁRIA contratada, conforme dados bancários fornecidos por esta última, até o terceiro dia útil após a data do pagamento de pessoal da Marinha (excluindo feriados bancários), o valor total descontado dos militares e pensionistas.

11.5. A CONSIGNANTE deverá observar fielmente as diretrizes deste TR e os termos do contrato assinado com a Entidade Consignatária, em especial as responsabilidades contidas Cláusula Nona desse contrato;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 9º, § 12º, da Lei nº 14.133/2021.

12. Obrigações da Consignatária

12.1. Executar os serviços conforme especificações do instrumento convocatório e seus anexos na qualidade e quantidade mínimas especificadas;

12.2. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONSIGNANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução do contrato.

12.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na habilitação;

12.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.5. A solicitação de alteração de domicílio bancário para a concretização do repasse mensal deverá ser realizada, exclusivamente, por ofício, assinado pelo representante cadastrado junto à CONSIGNANTE e, excepcionalmente, por um representante legal constituído pela CONSIGNATÁRIA contratada, com antecedência mínima de quinze dias à data do repasse mencionado na alínea anterior;

12.6. As demandas judiciais e administrativas que forem encaminhadas à CONSIGNANTE, cujo objeto seja desconto digital (automação), serão direcionadas à CONSIGNATÁRIA, para que a mesma responda diretamente à Justiça ou ao CONSIGNADO, ressalvando os casos em que a resposta deva ser encaminhada à CONSIGNANTE, por decisão exclusiva da mesma;

12.7. A CONSIGNANTE, por intermédio da PAPEM ou por órgão da estrutura organizacional da Marinha, com expertise no assunto, poderá, a qualquer tempo, e sem prejudicar o funcionamento do Portal, utilizar técnicas de auditoria de sistemas. As irregularidades apontadas na auditoria, ouvida a CONSIGNATÁRIA, poderão acarretar a suspensão do acesso ao Portal ou até mesmo a rescisão deste Contrato;

12.8. Deverá constar como Cláusula nos contratos realizados entre o CONSIGNADO e a CONSIGNATÁRIA, a autorização do CONSIGNADO para que a CONSIGNANTE possa consultá-los e auditá-los a qualquer tempo;

12.9. A CONSIGNATÁRIA deverá manter sob sua guarda por período indeterminado os contratos, log, trilhas de auditoria do sistema e os documentos utilizados para autorizar os descontos físicos e automatizados, conforme o caso, disponibilizando-os para consulta e auditoria a qualquer tempo, em até 5 dias úteis, a pedido da CONSIGNANTE, sob pena de suspensão dos descontos CONSIGNADOS, a partir do mês em questão, sem prejuízo da suspensão de acesso ao sistema e da rescisão contratual;

12.10. A CONSIGNATÁRIA se obriga a nomear um setor de sua estrutura orgânica, na cidade do Rio de Janeiro, para funcionar como contato com a CONSIGNANTE e como coletor das informações que esta tenha que transmitir à CONSIGNATÁRIA;

12.11. A CONSIGNATÁRIA deverá, por ocasião da contratação do serviço de empréstimo pelos CONSIGNADOS, exigir, no mínimo, a apresentação dos seguintes documentos originais, mantendo em arquivo a cópia dos mesmos, exceto para descontos autorizados de forma digital (automação):

12.11.1. Carteira de identidade expedida pela Marinha do Brasil;

12.11.2. CPF;

12.11.3. Comprovante de residência;

12.11.4. Um dos três últimos Bilhetes de Pagamentos (BP). Chama-se a atenção para o fato de que os BP impressos constantes do site da CONSIGNANTE poderão ser autenticados nesse mesmo site;

12.11.5. Dados bancários da conta a ser depositado o valor da operação. Chama-se atenção para o fato de que o depósito do Valor Líquido Liberado (VLL) somente poderá ser efetivado na conta-corrente do CONSIGNADO registrada no SISPAG. O Sistema de Consignações não permite o registro de outra conta-corrente que não esteja registrada no SISPAG, exceto para as operações realizadas na forma digital (automação), uma vez que na automação o sistema não registra dados bancários. No entanto, permanece também para essa modalidade a obrigatoriedade do depósito do Valor Líquido Liberado na conta registrada no SISPAG; e

12.11.6. O Formulário de Autorização de Desconto, gerado pelo Portal de Consignações e assinado pelo CONSIGNADO, quando da reserva de margem consignável para solicitação de empréstimo.

12.12. Será de total responsabilidade da CONSIGNATÁRIA a verificação da veracidade da documentação apresentada.

12.13. Para o desconto de mensalidade será apenas necessária a apresentação dos documentos constantes dos itens 12.11.1, 12.11.2 e 12.11.3.

12.14. A devolução de numerário descontado ou cobrado indevidamente por parte da CONSIGNATÁRIA deverá ocorrer em dobro, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC), no prazo máximo de 48 horas, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela CONSIGNANTE ou da manifestação direta do próprio CONSIGNADO, excetuando-se a parcela em trânsito, que é aquela que devido à cronologia do Calendário de Pagamento da Marinha, não foi possível ser retirada do Bilhete de Pagamento em tempo hábil. O não cumprimento do montante total a ser devolvido e do prazo de devolução poderá acarretar a suspensão do acesso da CONSIGNATÁRIA ao Portal para lançamento de novas consignações, até que a situação seja regularizada, ou a critério da CONSIGNANTE;

12.15. A CONSIGNATÁRIA deverá apresentar à CONSIGNANTE, quando solicitado, uma declaração de que continua atendendo as condicionantes gerais para a sua admissão, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido, de acordo com o Art. 89 da Lei nº 14.133/2021;

12.16. Os comandos de implantação, alteração e exclusão das consignações são privativos da CONSIGNATÁRIA, ressalvando-se os casos de exclusão causada por decisões judiciais, deserção, demissão, expulsão, Licenciamento do Serviço Ativo da Marinha (LSAM) e falecimento do CONSIGNADO e, qualquer outro caso que a considere, a seu critério exclusivo, como especial, cujo comando cabe à CONSIGNANTE. Em quaisquer dessas situações, a CONSIGNANTE não responderá por qualquer dano ou responsabilidade;

12.17. É vedada à CONSIGNATÁRIA assediar ou pressionar o CONSIGNADO para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente em se tratando de idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio;

12.18. Para concessão de crédito consignado a CONSIGNATÁRIA deverá observar os preceitos da Lei nº 14.181 de 01 de julho de 2021, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor, a prevenção e o tratamento do superendividamento;

12.19. Com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, a CONSIGNATÁRIA ou empresas ou pessoas que atuem em seu nome deverão observar os preceitos contidos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados

Pessoais (LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais do CONSIGNADO, sendo de sua inteira responsabilidade os dados financeiros existentes no Portal de Consignações, compartilhados com a CONSIGNATÁRIA, inclusive por vazamentos provocados por empresas ou pessoas que atuem em seu nome, incluindo-se as responsabilidades penais ali contidas. Nesse sentido, cabe a CONSIGNATÁRIA cumprir rigorosamente os mandamentos da citada Lei, em especial, no que diz respeito ao tratamento e compartilhamento de dados com terceiros, que somente pode ser realizado com a autorização expressa do titular dos dados;

12.20. A CONSIGNATÁRIA incorporada, vendida ou que cedeu a sua carteira de empréstimo deverá enviar comunicação a todos os CONSIGNADOS que possuam contratos de empréstimos ativos, para informá-los sobre a incorporação, venda ou cessão da sua carteira, tranquilizando-os que nenhuma alteração ocorrerá nas condições originais pactuadas na contratação;

12.21. A CONSIGNATÁRIA deverá observar fielmente as diretrizes contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

12.22. A CONSIGNATÁRIA se obriga a credenciar funcionários (representante cadastrado junto à CONSIGNANTE);

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

PAULO ROBERTO EIRAS FERNANDES

Capitão de Mar e Guerra (RM1-T)

Chefe do Departamento de Consignações

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANE JARDIM MORETTO

Ordenador de Despesas Substituto